

PORCHAT: FILÓSOFO DOS HOMENS COMUNS E PROFESSOR DEMOCRÁTICO DE FILOSOFIA

José Crisóstomo de Souza

(UFBA)

E-mail: jose_crisostomo@uol.com.br

Creio que, entre os professores de filosofia brasileiros aptos a serem reconhecidos como também filósofos, Oswaldo Porchat Pereira, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem uma posição de destaque. “Porchat é sem dúvida um dos filósofos mais conhecidos e respeitados, no Brasil e em toda a América Latina” - confirmam os colegas Plínio Smith e Michael Wrigley.¹ De fato, sua velha e conhecida “exemplaridade como professor de filosofia” tem-se casado, desde já muitos anos, com o desenvolvimento de um pensamento filosófico próprio e, junto disso, com o “empenho em tornar possível que se comece a fazer filosofia [não apenas história da filosofia], no Brasil”. Como resultado, entendo que temos aqui um verdadeiro filósofo brasileiro, dos bons e dos mais interessantes.² E uma importante contribuição ao desenvolvimento do trabalho em filosofia entre nós, que oxalá possa de diversos modos “contaminá-lo” em seu conjunto.

Pude conhecer o professor Porchat em 1968, eu ainda no início da graduação, quando ele, professor da USP e recém doutor, esteve na Universidade Federal da Bahia, para dar um curso condensado sobre a *Ética Nicomáquea* de Aristóteles. E para nos passar o modelo de trabalho “estruturalista” em história da filosofia, do professor francês Victor Goldschmidt.³ Naquele mesmo ano, veio também à UFBA, para ministrar um

¹ Michael Wrigley e Plínio Smith, “Apresentação” de *O Filósofo e sua História* (Campinas : Unicamp, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2003), pp. 7 e 10. O livro tem por subtítulo “Uma Homenagem a Oswaldo Porchat”, e trás textos interessantes sobre sua obra, além de seu “Discurso de Professor Emérito da USP”.

² Para conhecer a elaboração filosófica de Porchat, vejam-se, por exemplo, seus artigos (em especial seu “Prefácio a uma Filosofia”) em *Vida Comum e Ceticismo* (São Paulo : Brasiliense, 1993), e outros, mais recentes, publicados em *Discurso*, revista do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (como, em especial, o “Ainda é Preciso ser Cético”, *Discurso*, n. 32 (2001), pp. 9-30.

³ O método de Goldschmidt, de estudo dos filósofos históricos, que, via USP, modelou o trabalho universitário de filosofia no Brasil, está exposto no seu breve e famoso artigo “Tempo Histórico e Tempo Lógico na Interpretação dos Sistemas Filosóficos”, traduzido e publicado no Brasil por Porchat, como apêndice de V.

curso sobre a fenomenologia de Husserl, em linha idêntica, seu colega José Arthur Giannotti.⁴ Os dois cursos, conjugados, constituíram uma bela contribuição à nossa formação,⁵ e representaram o primeiro passo da chegada, entre nós, do “modelo uspiano” de fazer filosofia (como história da filosofia) - na verdade, o modelo francês de Goldschmidt e Martial Guérault.⁶ Pois as visitas de Porchat e Giannotti podem ser entendidas como uma extensão, para além de São Paulo, da missão civilizadora dos professores de filosofia franceses que implantaram na USP o trabalho de filosofia como “análise estrutural” da “lógica interna” da obra dos grandes filósofos históricos, como método único e exclusivo⁷ - e nos deixaram, a partir daí inteiramente “franceses”. (Um segundo momento desse contato foi a vinda à UFBA, quase vinte anos depois, do professor Carlos Alberto Ribeiro de Moura, ex-aluno de Oswaldo Porchat e de Gérard Lebrun, para ministrar um curso, dessa vez especificamente sobre o método de leitura “estruturalista” do texto filosófico. Carlos Alberto veio a meu convite, depois que voltei do doutorado em filosofia política na Unicamp, onde fiz dois excelentes cursos com ele.)

Como consequência prática e mais imediata da vinda daqueles dois expoentes do trabalho universitário de filosofia no Brasil, viajaram no ano seguinte, para fazer pós-graduação na USP, nossos colegas mais adiantados, Fernando Rego e Vítor Hermenegildo de Souza, que voltariam, depois, para a UFBA, para serem nossos professores. Vítor concluiu o curso, em 1970, tornando-se, possivelmente, nosso primeiro professor de filosofia pós-graduado na área – pós-graduado pela USP e no Brasil, pelo menos. Foram seus relatos sobre sua experiência paulista que começaram a formar em mim a imagem de simpatia e admiração que tenho do Prof. Porchat. Uma imagem que só se tem fortalecido no meu contato com ele e com seu trabalho, embora

Goldschmidt, *A Religião em Platão* (São Paulo, Difel, 1970). Sobre tal método, ver também, de Goldschmidt, “Remarques sur la méthode structurale em histoire da la philosophie”, em *Manuscrito*, vol. V, n.2 (1982).

⁴ Da visita de Giannotti, me ficou marcada na memória a figura com que apresentava (se bem me lembro) o fundo da sua concepção do estudo formador, em filosofia, que se baseava no método estruturalista goldschmidtiano: “É preciso entrar na pele do filósofo [um grande filósofo, formador, por suposto], ao ponto de que sua pele e a nossa sejam uma só.” E já aí uma dificuldade despontava: “O problema é depois disso libertar-se dessa fusão com o autor, arrancar aquela pele”. As visitas de Porchat e Giannotti resultaram de convite do Prof. Ruy Simões, então chefe do Departamento de Filosofia da UFBA, por decisão tomada junto conosco, alunos de filosofia, interessados no aprimoramento do curso.

⁵ Ao lado da contribuição de nossos professores da UFBA, como Francisco Pinheiro, Auto de Castro, Romano Gallefi, Carlos Costa, Ruy Simões e outros.

⁶ Ver, de Martial Guérault, “Le problème de la légitimité de l’histoire de la philosophie”, in: *La Philosophie de l’Histoire de la Philosophie* (Paris : Vrin, 1956).

⁷ Resultando naquilo que o professor uspiano Paulo Arantes chamou de “um departamento francês de ultramar”, o Departamento de Filosofia da USP. Cf. Paulo Arantes, *Um Departamento Francês de Ultramar*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1994.

um contato apenas recentemente retomado, quando de sua segunda vinda à Bahia para participar do colóquio “O Ceticismo e a Possibilidade da Filosofia”, em abril de 2004.⁸ Assim mesmo, me lembro bem que, no começo da década de 80, seu (como co-autor) *A Filosofia e a Visão Comum do Mundo*, então recém publicado,⁹ causou-me viva impressão, por buscar uma reflexão autônoma em filosofia, no Brasil, e por já então começar a suscitar um autêntico debate filosófico em torno de suas posições.

Menciono esses fatos para introduzir, pelo lado da nossa memória acadêmica, um tema que se tem constituído na grande preocupação de Oswaldo Porchat, nos últimos anos, e que aparece como ponto central do seu “Bate-papo com Estudantes sobre o Estudo de Filosofia na Universidade Brasileira” - apresentado a seguir.¹⁰ Contudo, antes de chegar ao seu retorno à UFBA e à Bahia, com sua nova mensagem, de que “façamos filosofia”, quero apresentar, ainda que resumidamente, alguns dados do seu percurso acadêmico e intelectual,¹¹ e alguns elementos de suas posições filosóficas (que ainda estou tratando de conhecer melhor) – tanto quanto possível em suas próprias palavras.

1. A carreira acadêmica do filósofo Oswaldo Porchat Pereira

Porchat começou seus estudos universitários em 1952, na USP (da qual Reynaldo Porchat fora o primeiro Reitor), fazendo dois cursos ao mesmo tempo: Letras Clássicas e Direito. No seu último ano da graduação, em 1956, teve a oportunidade de fazer três disciplinas sobre Platão: uma propriamente na área de filosofia, com o professor Lívio Teixeira, outra na área de educação, e uma terceira na área de língua grega. Foi Lívio Teixeira, admirador de Guérault e de Goldschmidt, cujo trabalho utilizava nos seus cursos, quem incentivou Porchat a estudar filosofia grega, e quem mais adiante, em 1961, convidá-lo-ia a integrar o Departamento de Filosofia da USP, como seu assistente.

⁸ O colóquio “O Ceticismo e a Possibilidade da Filosofia”, organizado pelo nosso colega Prof. Waldomiro José da Silva Filho, foi um evento do Mestrado em Filosofia, da UFBA.

⁹ Cf. O. Porchat Pereira e B. Prado Jr. (org.), *A Filosofia e a Visão Comum do Mundo* (São Paulo: Brasiliense, 1981).

¹⁰ O “Bate-papo com estudantes baianos sobre o estudo de filosofia na universidade brasileira”, que foi gravado e aparece transcrito, a seguir, neste livro, ocorreu por ocasião da visita de Porchat à Bahia, em 2004, para o já mencionado colóquio “O Ceticismo e a Possibilidade da Filosofia”. A transcrição inicial foi feita por Flora Rocha Carsoso, aluna da nossa graduação.

¹¹ As informações biográficas, a seguir, foram extraídas de três fontes distintas, sendo duas delas entrevistas de Porchat: “Oswaldo Porchat (1933)”, in: Marcos Nobre e José Rego (orgs.), *Conversas com Filósofos Brasileiros* (São Paulo : Editora 34, 2000); e “O Comum dos Homens”, in: *Livro Aberto*, ano 1, n. 5 (1997). A terceira fonte é o seu “Discurso de Professor Emérito da FFLCH-USP”, publicado em Michael Wrigley e Plínio Smith (orgs.), *O Filósofo e Sua História, op. cit.* São, todos esses, materiais que merecem ser lidos na íntegra, que trazem elementos muito interessantes para a discussão do trabalho de filosofia entre nós.

Num primeiro momento, porém, prevaleceu a influência de George Aubreton, professor francês do curso de letras clássicas, que incentivou Porchat no estudo do grego e, finda sua graduação, tratou de enviá-lo à França, com uma bolsa de estudos do governo francês, para fazer mestrado em filologia grega. Antes de sua experiência francesa, entretanto, seguindo seu declarado e reconhecido amor à docência, Porchat chegou a trabalhar como professor de latim, num ginásio estadual no ABC paulista. O ensino dessa língua, como professor secundário, foi o que considerou, na juventude, como sua maior vocação. De fato, no período em que ensinou, segundo nos conta Giannotti, seus alunos eram os únicos a gostar da disciplina.¹²

Tendo chegado a Paris em 1957, onde já se achava Giannotti (que fora seu colega no curso colegial “clássico”, em São Paulo), Porchat foi levado por ele a conversar com Goldschmidt. Foi este quem o convenceu a desistir do mestrado em língua e literatura gregas para fazer graduação em filosofia, com ele, na Universidade de Rennes, onde ensinava também o professor Gilles Gaston Granger, expoente do mesmo projeto missionário francês para a USP. Dispensado das disciplinas afins às que já havia feito nos cursos de letras e direito, Porchat concluiu em 1959 o bacharelado em filosofia. “Fiz o curso inteiro com o Granger e o Goldschmidt”.¹³ “Não tive a possibilidade de fazer minhas opções de leitura, e, sob a influência de Goldschmidt e de Guèroult (...), passei a ver a filosofia à luz do estruturalismo”.¹⁴ Daí em diante, Porchat se tornaria, como ele mesmo diz, “um defensor encarniçado do método estruturalista”. E, como lamentável conseqüência, confessa, “durante muito tempo consagrei-me a fazer história da filosofia entendendo que isso era fazer filosofia”.¹⁵

Uma vez graduado, Porchat foi admitido, como estudante estrangeiro, à École Normale Supérieure, em Paris, ainda por encaminhamento de Granger e Goldschmidt. Lá permaneceu por dois anos, 1959 e 1960, no primeiro como aluno residente. Com bolsa da Capes, estudou de novo com os dois, além do hegeliano Jean Hyppolite, que lhe ensinou Hegel e Heidegger. E conheceu o professor Louis Althusser, leitor “científico”, “epistemológico”, de Marx, cujo grupo de estudos, “Pour Marx”, era, àquela época, freqüentado por todos os seus colegas. Na mesma época, seguiu também um curso de

¹² Segundo o relato de José Arthur Giannotti, no “Discurso de Saudação” a Porchat, publicado em *O Filósofo e Sua História*, *op. cit.* p.38. Ver também, de Porchat, “O Comum dos Homens”, *op. cit.*, p. 11.

¹³ “Oswaldo Porchat (1933)”, *Conversas...*, *op. cit.*, p. 120.

¹⁴ Porchat, “O Comum dos Homens”, p. 11.

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 11.

Martial Guérout, na École Normale de Saint Cloud. Foi na École Normale que Porchat iniciou sua tese de doutorado sobre Aristóteles - que deveria tratar centralmente de sua “dialética” (por sugestão de Goldschmidt) e acabou versando mais sobre sua “ciência”. Esse trabalho, ele concluiria e defenderia, no Brasil, na USP, em 1967.¹⁶ Muitos anos depois, em 1982, já um grande professor universitário de filosofia, Porchat seria agraciado pelo governo francês com o título de Cavaleiro da Ordem das Palmas Acadêmicas.

Foram, assim, quatro anos de França, país onde – como nos conta Porchat - o centro do trabalho filosófico, naquele período, era mesmo a história da filosofia, com as exceções representadas por Sartre e Merleau-Ponty. (Algo de semelhante acontecia também na Itália e na Alemanha, ainda que, creio, de modo menos estrito e, tanto quanto eu saiba, não sob a égide do estruturalismo goldschmidtiano. Afinal, não se pode dizer que a redução do trabalho filosófico ao estudo da obra do grande filósofo só tenha ocorrido ali onde o “goldschmidtismo” prevaleceu, embora ela me pareça encontrar neste a sua consolidação mais forte e restritiva.)

Em 1961, Porchat estava de volta ao Brasil, nomeado no mesmo ano professor do Departamento de Filosofia da USP, onde permaneceria até 1975. Naquele departamento, recorda, “é preciso dizer que não éramos lá muito tolerantes: decidimos platonicamente que ninguém entra aqui se não for primeiro aluno de Goldschmidt”.¹⁷ Por certo, como entendo, tratava-se de, com o goldschmidtismo integral, cortar pela raiz o que se julgava fossem os vícios que mais comprometiam – e para alguns ainda hoje ameaçam - o desenvolvimento de um trabalho filosófico “técnico” e “rigoroso”, no país. E, em consonância com aquela diretiva departamental, foram enviados à França os professores Bento Prado Jr. e Ruy Fausto, para estudar filosofia (i.e., história da filosofia) com Goldschmidt – por quem Giannotti também passara e para onde depois seguiriam alguns dos melhores alunos da filosofia da USP, como Roberto Salinas Fortes e Marilena Chauí. Creio que é também digna de menção, como especialmente marcante (paradigmática, em sentido kuhiano) no desenvolvimento dessa nossa experiência

¹⁶ A tese de doutoramento de Porchat, um belo e competente trabalho de leitura goldschmidtiana dos *Segundos Analíticos*, de Aristóteles, que produziu uma interpretação sólida e uma contribuição original sobre o assunto, foi recentemente publicada como *Ciência e Dialética em Aristóteles*, São Paulo, Ed. Unesp, 2000.

¹⁷ Porchat, “Discurso de Professor Emérito”, p. 26

filosófica universitária, a aplicação, por Giannotti e outros, da metodologia de Goldschmidt, à leitura do *Capital*, de Marx, aí por 1960.

Porchat permaneceu na USP até 1975, e foi nesse mesmo ano trabalhar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que ainda estava sendo implantada. Nela, além do departamento de filosofia, criou um centro, singularmente dinâmico, que prestou grandes serviços ao desenvolvimento da filosofia no Brasil. Foi o CLE, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, talvez nossa primeira iniciativa universitária a reunir, em colóquios e congressos, professores de filosofia de outras universidades do país e até de fora.¹⁸ Na Unicamp, ele foi responsável ainda pela criação de *Manuscrito* e dos *Cadernos de Filosofia e História da Ciência*, que continuam como importantes revistas nacionais de filosofia, além do *Journal of Non-Classical Logic*. Mais adiante, em 1985, ele se aposentou da Unicamp e voltou a contribuir para o trabalho de filosofia na USP, principalmente em pesquisa e orientação.

2. O desenvolvimento da filosofia de Porchat: vida comum e neopirronismo

Durante esse percurso profissional, Porchat veio a desenvolver, aos poucos, uma concepção filosófica sua, que ele chama hoje de neopirronismo, ceticismo ou – *ad extra*, para neutralizar preconceitos – “empirismo cético”. Antes de chegar a isso, porém, teve de se livrar, segundo nos conta, da “ideologia” da receita goldschmidtiana que tão fervorosamente abraçara e pregara ao lado dos colegas de departamento. Pois, junto com o método e “embutido” nele, o estruturalismo de Goldschmidt passaria “uma filosofia sobre a história da filosofia”, e mesmo “uma filosofia sobre a filosofia”¹⁹ – que acho que permanece até hoje pouco tematizada entre nós. Gradualmente, Porchat passou a desencantar-se das perspectivas abertas ao trabalho propriamente filosófico pelo goldschmitismo exclusivo, enquanto entrava em contato com o ceticismo grego

¹⁸ Nesse trabalho, Porchat desenvolveu uma colaboração, por exemplo, com o filósofo argentino Ezequiel Olaso. Foi um trabalho que, como dizem Wrigley e Smith, “*permitiu que os laços da filosofia brasileira com a filosofia latino-americana também se estreitassem*” (apresentação de *O Filósofo e sua História*, *op. cit.*, p. 9-10).

¹⁹ Porchat, “O Comum dos Homens”, p. 11. Creio que posso dizer que o método de Goldschmidt é apenas *uma* maneira de fazer história da filosofia, e *uma* certa maneira de leitura da obra filosófica (inclusive na França) – seguramente não a única séria e fecunda possível. O contrário seria supor que não se fez boa filosofia nem boa história da filosofia em nenhuma das outras metrópoles mundiais – intocadas por Goldschmidt – dessas disciplinas. Tive a oportunidade de ouvir, por exemplo, Pierre Aubenque expor uma interessante proposta alternativa, de uma história *filosófica* da filosofia, distinta da proposta *científica* (*sic*) de Goldschmidt..

(questionador das pretensões da grande filosofia, de sistema), sobre o qual ministrou um curso naquele ano.

Foi quando, um tanto desesperado da filosofia, Porchat resolveu dedicar-se ao estudo da lógica formal. Foi então que saiu novamente do país, para fazer nessa área um pós-doutorado, de dois anos, de 1969 a 1970, na Universidade da Califórnia, Berkeley, com o professor Benson Mates. Bem mais adiante, em 1983, faria um outro, dessa vez em Oxford, na Inglaterra, onde teve a experiência, marcante, de um modo vivo e discutido de fazer filosofia, baseado na argumentação própria sobre temas e problemas, em vez de voltado para a história da filosofia, isto é, para a exegese e o comentário “estruturalista” da obra dos filósofos canônicos. Esse contato com o modo anglo-saxônico de fazer filosofia, nas universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos, certamente contribuiu para mudar sua forma de encarar o trabalho na área, tanto no que diz respeito à pesquisa como ao ensino. Ainda que a forma que Porchat desenvolveu seja sua, resultado de um desenvolvimento próprio, no qual mantém-se ainda fiel ao modelo de leitura goldschmidtiana da obra filosófica, embora apenas como um “momento” do trabalho em filosofia.

A descoberta gradual do ceticismo grego (em sua formulação pirrônica)²⁰ na obra de Sexto Empírico, a elaboração de uma interpretação própria e restauradora de sua verdade, abriu-lhe, anos depois, perspectivas filosóficas “positivas”. Só que agora devidamente “desinfladas” - como se diz hoje em dia. Porchat fora levado a refletir sobre a vida comum e o saber comum, em oposição à “alienação” da filosofia tradicional e especulativa, com seus grandes sistemas, absolutos e conflitantes. “Algo quixotesicamente, julguei que era preciso defender a vida contra a filosofia”.²¹ Logo ele passou a uma fase de “promoção filosófica da visão comum do mundo”, iniciada em torno de 1975. “O meu problema sempre foi o do reconhecimento da vida cotidiana” - o que, entretanto, numa primeira etapa, teria buscado ainda “dentro ainda de certos parâmetros definidos pela filosofia tradicional”.²²

Em 1975, é assim que Porchat resumia seu desenvolvimento até então, como um percurso “lógico” (até mesmo hegelianamente “dialético”), segundo uma seqüência de

²⁰ De Pirro de Elis (c. 365-c.275 AC), filósofo grego, “pai” da versão mais importante do ceticismo antigo. É a Sexto Empírico (fl. C. 200 DC) que devemos a exposição mais completa da posição cética pirrônica.

²¹ “Oswaldo Porchat (1933)”, in *Conversas*, p. 123.

²² *Ibid*, p. 128.

etapas de algum modo necessárias: “descoberta do conflito das filosofias, experiência de sua indecidibilidade, tentação do ceticismo, renúncia à filosofia, redescoberta da vida comum, silêncio da não-filosofia, promoção filosófica da visão comum”. Quando, por fim, “damo-nos conta de que a filosofia buscada nas nuvens nos esperava, de algum modo, desde sempre por nós, na terra dos homens”. Se tivesse começado pela promoção da filosofia comum do mundo - ele agora percebe -, esta seria apenas mais uma filosofia naquele eterno conflito das filosofias, onde nenhuma resolução ou vitória é possível. “Somente nossa renúncia à filosofia pôde consegui-lo” – como numa verdadeira “superação”.²³

Mais tarde, em meados de 1980, Porchat descobriria que é justamente aquele reconhecimento, da vida comum (da sua dignidade), que o ceticismo pirrônico – bem entendido - promoveria. Só em torno de 1991, porém, passou decididamente a uma posição filosófica definida por ele como “neopirrônica”. “Foi na busca da conciliação necessária entre Filosofia e Vida que acabei por render-me ao pirronismo” – depois de “resistir-lhe por muito tempo”, enquanto descobria seu sentido mais genuíno.²⁴ Porchat pensara inicialmente “que o ceticismo era um desafio filosófico ao saber da vida comum”, mas mudou depois de idéia. O ceticismo seria antes a própria defesa da vida comum e do simples saber dos homens comuns (não de seus eventuais resíduos dogmáticos), contra o “pseudo-saber” filosófico.²⁵ Isso porque “em nenhum momento” a suspensão do juízo, a *epokhé* proposta pelo ceticismo grego, “diz respeito ao discurso empregado na vida comum”,²⁶ que opera no nível modesto do fenômeno, isto é, daquilo que “nos aparece”.

Em 1993, acerca de sua produção dos 25 anos anteriores, Porchat afirmava que, em meio a “voltas, contra-voltas e auto-criticas”, sua temática persistente foi a vida cotidiana e comum, a *koinòs bíos*. Em 1997, ele se referia assim à relação entre a vida comum e a filosofia: “Acredito que boa parte dos filósofos certamente tomou os problemas da vida particular e da vida das comunidades em que viviam, como ponto de partida para pensar as questões filosóficas. Acontece que, em muita filosofia, a elaboração da problemática filosófica levou à criação daquilo que chamei, num texto meu, de

²³ “A Visão Comum do Mundo”, p. 94-95.

²⁴ Prefácio a *Vida Comum e Ceticismo*, p. 3.

²⁵ “Oswaldo Porchat (1933)”, p. 132.

²⁶ Porchat, “O Comum dos Homens”, p. 13.

elaboração de um espaço extra-mudano”.²⁷ É preciso retornar, desse *tópos ouránios*, à terra dos homens, e para tanto o pirronismo (mesmo sem ser para isso a única via nem o único vocabulário) é tudo aquilo de que precisamos.

Porchat observa ainda que sua elaboração neopirrônica converge com os desenvolvimentos mais recentes da filosofia, na linha de um *lógos* humanizado, finito e reconciliado com a contingência. “Tudo se passa como se a filosofia séria já tivesse superado sua fase extra-mundana, podendo agora instalar-se despreocupadamente no espaço do mundo do fenômeno e da *empíria*”.²⁸ Mesmo quando essa filosofia recente não se serve do vocabulário pirrônico (que, para Porchat, está longe de ser o único legítimo). “Eu diria que muitas e diferentes filosofias – como o pragmatismo de James e Dewey, o neo-positivismo de Carnap, o pós-empirismo de Quine, ou o neo-pragmatismo de Rorty – apresentam grande número de elementos que são, do ponto de vista histórico, plenamente céticos”²⁹ - no sentido que Porchat recupera para o termo.

Pois o cético (pirrônico) é aquele que investiga permanentemente, que tem sempre uma posição cautelosa e falibilista com relação ao alcance de suas afirmações, e que, sobretudo, desconfia do discurso “transcendente” e “tético” em geral, que pretende pôr e instaurar o “Real”.³⁰ O filósofo cético simplesmente não quer “aventurar-se além da empiria”, não quer “transcendê-la”.³¹ Em vez disso, denuncia a inclinação e precipitação (*propéteia*) dogmática dos sistemas filosóficos especulativos. O ceticismo pirrônico “é a atitude prática de pôr em xeque o discurso especulativo e a pretensão à transcendência,”³² próprios das filosofias de sistema.

Com relação às expressões mais clássicas da filosofia “dogmática” e “especulativa”, de sistema, para Porchat elas também podem ser, digamos, recuperadas, em chave atualizadora, para além do instrutivo exercício escolar de sua reconstituição “estruturalista” (em que já nos tornamos tão bons): “Certas tramas fundamentais do pensamento, das várias filosofias, podem ser preservadas ou re-atualizadas”. É o que ocorre, por exemplo, no caso do neo-aristotelismo, do neo-hegelianismo, do neo-kantismo, etc. Pois, “embora muito do que Kant, Hegel, Platão e Aristóteles disseram

²⁷ *Ibid.*, p. 12.

²⁸ Porchat, “Ainda é Preciso Ser Cético”, p. 22.

²⁹ “O Comum dos Homens”, p. 17.

³⁰ “Ainda é Preciso...”, p. 11.

³¹ *Ibid.*, p. 18.

³² “O Comum dos Homens”, p. 17.

esteja datado, corresponda às perspectivas da época, muito também pode ser utilizado atualmente, e utilizado de maneira bastante profícua”.³³ Como no próprio caso do pirronismo de Porchat: “Guardando grande fidelidade às concepções básicas originárias do pirronismo, me permito repensá-lo à luz da problemática filosófica contemporânea, eventualmente enriquecê-lo e corrigi-lo, onde quer que isso pareça necessário”.³⁴ Não é bem isso que o goldschmidtismo promove; é isso, antes, que ele anatematiza.

Pelo que entendo, esse pirronismo porchatiano oferece uma via para aquela recuperação, atualizadora, da filosofia tradicional e dogmática. Pois, como diz Porchat, ele “traz todas as filosofias de volta para o espaço da vida comum” e, “sob o prisma desta, as aprecia e as relativiza”.³⁵ O que me parece pode ser entendido como sugestão de um modo não-goldschmidtiano de estudo e apropriação da filosofia histórica: a leitura “atualizadora”, “desinfladora”, dos sistemas filosóficos passados. Com efeito, para Porchat, “os grandes filósofos contribuíram decisivamente para o estudo da problemática do ser humano, e re-traduzir a sua linguagem” – para um registro fenomênico, como ele diz – “é de fundamental importância”.³⁶ Eis aí uma proposta de abordagem e de utilização da filosofia histórica.

O ceticismo grego, porém, não é apenas um método, mas um ponto de vista “anti-dogmático” e “anti-metafísico” (eu diria, “anti-autoritário” também), e uma filosofia. O neopirronismo porchatiano, de todo modo, tem tanto um lado negativo, “dialético”, corrosivo, frente ao dogmatismo das filosofias metafísicas, de sistema, quanto um lado “positivo”, eminentemente “prático”. No ceticismo clássico, “o discurso se torna um instrumento, de um lado, para a denúncia do dogmatismo, e, de outro, para a defesa da vida comum”.³⁷ Mais ainda: deixado para trás o espaço da ultra-mundanidade alienada, resta um grande campo para o uso fecundo da razão, no espaço do fenômeno, da empiria, do mundo simplesmente humano. “A razão filosófica continua a ocupar-se de tudo, mas tudo agora é o mundo dos homens”. E para que deveria ela se ocupar de tudo? Na sua face positiva, o ceticismo quer ser um “instrumento prático a serviço de uma vida melhor”.³⁸ Esse o objetivo da filosofia.

³³ “Oswaldo Porchat (1933)”, in: *Conversas...*, p. 129.

³⁴ “Ainda é Preciso ser Cético”, *op. cit.* p. 10.

³⁵ *Ibid.*, p. 17 e 20.

³⁶ “Oswaldo Porchat (1933)”, p. 140.

³⁷ “Ainda é preciso...”, p. 29.

³⁸ *Ibid.*, p. 19.

Porchat mesmo entende que “o direcionamento da prática e do discurso céticos para o que é bom e útil para o homem indica uma razoável afinidade entre o pirronismo e o pragmatismo filosófico do século XX”.³⁹ Com efeito, o interesse pirrônico por esses práticos fins humanos acompanha-se de uma afirmação do “primado da ação” sobre a contemplação, sobre a “razão puramente teórica”.⁴⁰ Sendo assim, é no fenômeno (não na “Teoria”) que o cético encontrará o critério de sua ação, e só o critério de sua ação – como diz textualmente Sexto Empírico. Não entra aí um interesse pela “verdade” ou “realidade” com o alcance que pretende para essas noções a filosofia dogmática (o “platonismo” que tem imperado na maior parte da filosofia ocidental). Nas palavras do próprio Porchat: “Não temos uma Realidade a conhecer (demos, na prática, nosso adeus a esse mito), o que temos é um mundo experienciado com o qual precisamos lidar: diante dele e de seus desafios, não podemos permanecer inativos”.⁴¹ Lidar praticamente com o mundo (e não conhecer o que ele é “em si”) – eis de que se trata.

Para mim, essas são de fato posições inteiramente pragmatistas, tanto quanto autenticamente pirronianas. Se não me engano, temos aqui elementos de uma recusa da concepção “contemplativa” e “correspondentista” da verdade, do conhecimento “transcendente” de uma realidade “em si”, com R maiúsculo, supostamente à parte da nossa relação com ela, relação que traz a marca dos nossos propósitos e necessidades. Em seu lugar, prevalece a idéia de que o conhecimento é simplesmente uma resposta frente à nossa necessidade de *lidar* com o mundo. No lugar da teoria e da *epistême*, de pretensão, digamos, platônica, Sexto Empírico invoca “o senso comum e a sabedoria prática dos homens da *tékhnē*”.⁴² O cético prefere, como paradigma de conhecimento humano, no lugar da Teoria, justamente o saber das *tékhnai* (como a medicina, a agricultura, a navegação) - ligado à experiência e a ela aberto, ligado aos fins práticos dos homens. O que me parece articular-se com a crítica porchatiana ao “intelectualismo”, que “confere um privilégio absurdo às especulações da razão sobre a experiência do Mundo, aos devaneios da reflexão abstrata, sobre o bom senso e os ensinamentos da

³⁹ Ibid., p. 18.

⁴⁰ Ibid., p. 21.

⁴¹ Ibid., p. 18.

⁴² Ibid., p. 17 e 18.

vida”.⁴³ Esse também é um ponto em que o ceticismo pirrônico coincide com o pragmatismo do século XX.⁴⁴

3. A preocupação democrática e pedagógica nas posições de Porchat

A posição filosófica neopirrônica de Porchat tem ainda desdobramentos que eu chamaria genericamente de humanistas e democráticos. Já vimos que ela trata “de libertar o homem da alienação dogmática” e de “voltar o homem para o homem”. O pirrônico Sexto Empírico afirma que é “por amar a humanidade que o cético quer curar, pelo discurso, na medida de suas forças, a presunção e a precipitação dogmáticas”. E já sabemos que, no seu lado positivo, o ceticismo quer ser um “instrumento prático a serviço de uma vida melhor”.⁴⁵ Além disso, Porchat aponta expressamente, para os filósofos e para os homens em geral, a via da convivência e da tolerância democráticas: “Os caminhos filosóficos devem levar a algum lugar; que esse lugar seja o do diálogo e da compreensão recíproca entre os homens, entre os filósofos também”.⁴⁶

Essa posição, que acena para a solidariedade e a comunicação (não-distorcida) entre os homens, esse ponto de vista da “vida comum” e de um “nós”, tem conseqüências para a forma mesma do discurso filosófico: “Buscando o diálogo, o filósofo não recorrerá a termos esdrúxulos nem a um jargão complicado”.⁴⁷ Em vez do “filosofês”, a clareza no uso do vernáculo, a preocupação - podemos dizer - “didática” e “pública”. Deve-se “escrever de tal modo que um homem de relativa informação e, é claro, com uma certa base cultural, possa compreender”.⁴⁸ O filósofo (pelo menos o filósofo à la Porchat e, sem dúvida, o Porchat professor) sustenta “uma enorme desconfiança dos que falam difícil em filosofia”,⁴⁹ e também, como vimos, do intelectualismo que desqualifica os “ensinamentos da vida comum e da experiência do mundo”.

⁴³ “Prefácio a uma Filosofia”, p. 37.

⁴⁴ Posso imaginar que, se tivesse lido Porchat, William James, um dos pais fundadores do pragmatismo norte-americano, quando, em busca de precursores, escreveu *Pragmatismo: Um Novo Nome para Velhos Modos de Pensar* (1907), teria dado uma atenção privilegiada ao pirronismo como proto-pragmatismo grego. Melhor do que James, Porchat oferece ao pragmatismo elementos para uma genealogia clássica. Eu também arriscaria dizer que Arthur Lovejoy, que, para fazer frente à grande variedade de versões, escreveu um ensaio intitulado “Os Treze Pragmatismos” (1908), poderia ver hoje, na filosofia de Porchat, algo como um décimo-quarto pragmatismo – informado, como o de Rorty, por desenvolvimentos filosóficos posteriores (analíticos, quineanos, etc.).

⁴⁵ “Ainda é Preciso ser Cético”, p. 19, *passim*.

⁴⁶ “Prefácio” de *Vida Comum e Ceticismo*, p. 4.

⁴⁷ “Prefácio a uma Filosofia”, p. 45.

⁴⁸ “Oswaldo Porchat (1933)”, in: *Conversas...*, p. 125.

⁴⁹ “Prefácio a uma Filosofia”, p. 45.

Foi mais ou menos ao mesmo tempo que suas concepções filosóficas (ainda que talvez não propriamente em função delas), que suas idéias sobre a formação e o ensino em filosofia foram também mudando. (Porchat prefere considerar os dois movimentos como independentes). Logo ele estaria expondo – com uma corajosa disposição auto-crítica – seus novos pontos de vista a respeito, e causando com isso alguma celeuma. Pois eles implicavam numa proposta de reformulação do modelo “estruturalista” e “histórico” para o trabalho universitário de filosofia. Como vimos, Porchat percebe, num dado momento, que, durante muitos anos, consagrou-se a fazer história da filosofia, pensando que estava fazendo filosofia.⁵⁰ E constata, com tristeza, que, por efeito de um goldschmidtismo integral, de um adiamento *sine die* do momento da reflexão filosófica propriamente dita (do *sapere aude* em filosofia), muita gente estudiosa e inteligente envelheceu sem que chegasse a hora de finalmente dizer alguma coisa – quando era outro o seu projeto pessoal de vida. O que pode constituir-se não apenas numa tragédia pessoal, mas eventualmente chegar a ser também um fiasco para a universidade e a cultura de um país. Ainda bem que Porchat pôde ele próprio tornar-se um exemplo do recurso a uma boa formação em história da filosofia, a um conhecimento competente de referências filosóficas fecundas para o seu trabalho, justamente para “fazer filosofia” – e uma que pode interessar às pessoas e exercer um papel na vida do pensamento.

Com relação a isso, o principal para ele é evitar o que chama, sem meias palavras, de “castração” (que atingiria igualmente alunos e professores) – de todo ensaio da argumentação própria, envolvendo um posicionamento próprio sobre temas e problemas, ou sobre o pensamento de um autor. É “um fato bastante infeliz privilegiar o estudo dos autores deixando totalmente de lado o estímulo à reflexão filosófica pessoal e original”.⁵¹ Na linha de evitar essa castração, diz ele provocativamente, “não vejo mal nenhum no fato de um aluno expressar suas opiniões em sala de aula”, de afirmar, por exemplo, que “Platão disse uma bobagem quando afirmou que as Formas existem”.⁵² O que esse aluno precisaria, segundo Porchat, é ser ajudado pelo professor a ver quem já disse a mesma coisa, para que possa participar de um debate na verdade “milénar”, em nível adequado. Mas, sobretudo, esse aluno deve ser ajudado de um modo tal em que possa sentir-se

⁵⁰ “O Comum dos Homens”, p. 11.

⁵¹ *Ibid.*, p. 11.

⁵² “Oswaldo Porchat (1933)”, *in: Conversas...*, p. 128.

“incentivado a pensar”, a continuar questionando. O que, naturalmente, só pode ocorrer quando o professor está ele próprio inclinado a fazê-lo, digo, a pensar por si mesmo.

Giannotti, em tom brincalhão (na sua saudação a Porchat professor emérito), contrasta assim a pedagogia do nosso neopirrônico com a sua própria: Porchat “faz a cabeça dos seus alunos, eu procuro cortá-las; ele procura transformar o estudante numa cabeça estudada, penteada em forma de navio, de ponto de interrogação e assim por diante; eu, numa mula-sem-cabeça, mula que nega sua ‘mulice’ porque ficou sem cérebro”.⁵³ (Observe-se que Giannotti, em outro depoimento, aparentemente pouco conhecido, parece aproximar-se de parte do que diz Porchat, quando admite que “chegamos num momento em que o departamento da USP se esgotou, que esse pensamento técnico também se esgotou, ele se transformou num engessamento”.⁵⁴ Mas, que eu saiba, Giannotti não chega aí a desenvolver esse ponto.)

As preocupações de Porchat com a formação de seus alunos vão ao ponto de implicar numa certa prioridade do ensino sobre a pesquisa, para ele que tem sido um notável pesquisador na área. Segundo recorda o Porchat professor por vocação, “era como se toda pesquisa filosófica minha, eu a produzisse para apresentá-la em aula”. De outro lado, “para atender à didática, consumi muitas horas que poderiam ter sido acrescentadas às que eu dedicava à pesquisa; mas nunca entendi que poderia agir de outro modo, se eu era professor”. Seus cuidados com os alunos refletem-se ainda num verdadeiro código de ética que tem pautado seu trabalho docente. A primeira das suas regras é “o máximo de respeito para com os estudantes”: o professor não se aproveitará da sua posição, para “infligir aos alunos qualquer humilhação”. Uma outra diz respeito “à clareza que sempre de mim exigi nas aulas”: a exposição do professor deve ser “plenamente didática”, “sem deixar de ser rigorosa”.⁵⁵

O próprio fato de ensinar *filosofia*, Porchat entende, tem “óbvias repercussões sobre minha prática pedagógica”, antes de tudo, no que diz respeito “ao princípio da autoridade”. Segundo ele, “em filosofia, não há autoridade, não há matéria demonstrada,

⁵³ Giannotti, “Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva – Professor Emérito”, *in: O Filósofo e sua História*, p. 37.

⁵⁴ Giannotti, “Depoimento”, p. 234, *in* Barreto e Mendes (orgs.), *Vilém Flusser no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 2000. Outras observações de Giannotti, no mesmo depoimento, têm interesse para o assunto: “Para nós a filosofia passava por uma disciplina do texto e, sobretudo, o que foi muito importante para nossa geração, passava pela alienação num modelo alheio” (p. 228). Tratava-se, segundo ele, de “ver o mundo, ou da perspectiva de Aristóteles, ou da perspectiva de Kant ou de Husserl, que não permitia esse narcisismo que é fazer com que todas as coisas pudessem ser refletidas pelo meu olhar” (p. 229).

⁵⁵ Porchat, “Discurso de Professor Emérito”, p. 29-30, *passim*.

não há corpo de verdades aceitas”. O que se aplica também à leitura e interpretação da obra filosófica: “A interpretação que [um comentador ou historiador] propõe, do filósofo F, é e permanecerá sempre uma hipótese de leitura”. O que vale, é claro, para as próprias interpretações oferecidas por Porchat: “Quis sempre que soubessem que era absurdo porem fé na minha interpretação da doutrina do filósofo estudado, na minha ou na de quem quer que fosse”. Ao mesmo tempo, esclarece, longe de toda demagogia, que nunca procurou converter a relação professor e aluno numa relação de igualdade, de completa simetria.⁵⁶ Mas a isso, todos sabemos, a ética do respeito e o espírito democrático não obrigam.

É basicamente sobre essas suas idéias “pedagógicas” (que a mim me parecem ter muito a ver com seu neopirronismo) que se desenvolve seu “Bate-papo com Estudantes”, apresentado a seguir. Abaixo apresentamos a bibliografia de Porchat, onde vale a pena buscar uma visão mais completa de suas concepções filosóficas, além de tudo expressas numa prosa filosófica clara e agradável. Uma derradeira observação: Porchat, ao enveredar pelo trabalho filosófico, digamos, não meramente repetidor, optou por imprimir ao seu discurso a forma confessional, com o uso explícito da primeira pessoa. Como entendo, não se trata aí de nenhum tipo de personalismo, mas, ao contrário, de assumir o caráter finito e contingente de seu próprio pensamento, de homem comum. Ele não reivindica para si a autoridade de um Logos transcendente, ou qualquer outro ponto de vista privilegiado, que o colocasse, então, acima dos outros homens e mulheres.

BIBLIOGRAFIA PORCHAT

Livros

A Filosofia e a Visão Comum do Mundo [com Bento Prado Jr.] (São Paulo: Brasiliense, 1981).

Vida Comum e Ceticismo (São Paulo: Brasiliense, 1993).

Ciência e Dialética em Aristóteles (São Paulo: Edunesp, 2000).

Artigos

“O conflito das filosofias”, in: *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XIX, fasc. 73 (1969).

“O freqüente”, in: *Discurso*, n.1 (1970).

⁵⁶ Id., *ibid.*, p. 29-31, *passim*.

- “Contra o historicismo em Teoria das Ciências”, in: *Revista de História*, vol. L, n. 100, ano XXV (1974).
- “Prefácio a uma filosofia”, in: *Discurso*, n.6 (1975).
- “Saber comum e ceticismo”, in *Manuscrito*, vol. IX, 1 (1986). Também publicado em *Crítica*, n. 1, (1987). Uma versão em espanhol (“Saber común y escepticismo”) foi publicada na *Revista Latinoamericana de Filosofía*, vol. XII, n.3 (1986).
- “Ceticismo e mundo exterior”, in: *Análise*, n. 4 (1986). Também publicado em *Discurso*, n. 16 (1987). Uma versão em espanhol (“Escepticismo y mundo exterior”) foi publicada em *Cuadernos de Filosofía y Letras* (1989).
- “Sobre o que aparece”, in: *Revista Latinoamericana de Filosofía*, XVII, n. 2 (1991). Também publicado em *Discurso*, n. 19 (1992) e em *Crítica*, n. 9 (1992).
- “Ceticismo e argumentação”, in: *Revista Latinoamericana de Filosofía*, XIX, n. 1 (1993). Também publicado em *Analytica*, I, n.1 (1993).
- “Resposta a H. Bensussan e Paulo A. G. de Souza”, in: *Discurso*, vol. 23 (1994).
- “Um ensaio brilhante de um intelectual maduro”, in: *Novos Estudos*, n. 39 (1994).
- “Verdade, realismo, ceticismo”, in: *Discurso*, v. 25 (1995). Versão em espanhol (“Verdad, realismo y racionalidad escéptica”) publicada em Nudler, O. (org.), *La racionalidad: su poder y sus límites* (Buenos Aires : Paidós, 1996).
- “O ceticismo pirrônico e os problemas filosóficos”, in: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, v. 6 (1996).
- “Depoimento sobre Ezequiel de Olaso”, in: *O Que nos Faz Pensar*, n. 12 (1997).
- “Discurso aos estudantes de Filosofia da USP sobre a pesquisa em Filosofia”, in: *Dissenso*, n. 2 (1999).
- “Ainda é preciso ser cético”, in: *Discurso*, v. 32 (2001).
- “O argumento da loucura”, in: *Manuscrito*, vol. 26, n. 1 (2003).
- “Sobre a Degola do Boi, segundo Aristóteles – Réplica a Lucas Angioni” (54p), em *Analytica*, vol. 8, n. 1, Rio de Janeiro, 2004. Este número de *Analytica* é inteiramente dedicado ao debate da tese de doutoramento de Porchat, sobre Aristóteles, contendo três objeções (de Angioni, Zingano e Wolff). Os dois textos, de réplica, referidos abaixo pertencem ao mesmo debate.
- “Voltando à Dialética de Aristóteles – Réplica a Marco Zingano”(46p), em *Analytica*, vol. 8, n. 1, Rio de Janeiro, 2004.

“Sobre a Doutrina Aristotélica dos Princípios da Ciência – Réplica a Francis Wolff”

(50p), em *Analytica*, vol. 8, n. 1, Rio de Janeiro, 2004.

“Empirismo e Ceticismo”, in *Discurso*, no prelo.

“A autocrítica da razão no Mundo Antigo” que integra o presente volume, 2005.